

Rio+10, nem tudo é má notícia

Roberto Smeraldi

Prevalecem o pessimismo e a desilusão sobre os resultados da Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo. De fato, os compromissos acordados entre os chefes de Estado são modestos e os avanços em relação à Cúpula de 1992 do Rio de Janeiro, praticamente inexistentes. A opinião pública mundial esperava fatos e recebe apenas algumas genéricas promessas. Porém, falar em fracasso da Cúpula está errado e pode induzir a equívocos.

A Cúpula em si, na realidade, não fracassou. Ela meramente refletiu as tendências prevaletentes no cenário internacional nos últimos anos. Assim como a Cúpula do Rio foi o resultado de quatro anos de negociações sobre clima e biodiversidade e do nascimento da ecodiplomacia nos corredores das Nações Unidas, a de Johannesburgo transcorreu num clima nitidamente desfavorável para atingir qualquer avanço. Lembremos do Protocolo de Quioto sobre clima ainda no papel, do ativismo pró-petróleo da administração Bush e principalmente do peso dos megassubsídios agrícolas norte-americanos (que superaram hoje os europeus) e que representam um verdadeiro veto a qualquer tentativa de implementar políticas de sustentabilidade planeta afora.

Nesse contexto, a Cúpula até surpreendeu por alguns compromissos específicos assumidos e principalmente por não ceder às tentativas de reverter os avanços do passado. Eis alguns pontos que merecem ser analisados:

— as conclusões firmam o objetivo de reduzir pela metade — até 2015 — o número de pessoas no mundo sem acesso a saneamento básico. O grande problema é que não se diz como, e principalmente falta uma estimativa dos recursos que será possível e necessário mobilizar para esse fim. Porém, é um compromisso novo e mais avançado do que jamais fora negociado até hoje.

— também se prevê o estabelecimento de áreas de proteção dos recursos marinhos, incluindo “redes suficientemente representativas” até 2012. Cabe questionar o que é “suficientemente representativo” para garantir, por exemplo, a sustentabilidade da pesca nos oceanos e

grandes rios, mas vale registrar o compromisso, inclusive para futura referência.

— a grande maioria dos países mostrou disposição sem precedentes para estabelecer normas internacionais vinculando as grandes empresas a respeitar alguns padrões mínimos globais na área ambiental e forçar as mesmas a não atuar como verdadeiros poderes públicos, frente à incapacidade dos mesmos de exercer o devido controle. Um texto chegou a ser aprovado para tanto, e apenas uma “norma de interpretação” imposta pelos EUA poderá esvaziar a proposta. Mas ficou claro que a comunidade internacional está adotando essa tendência.

— mesmo que não faça parte dos acordos, a Cúpula criou as condições para que a Rússia e o Canadá anunciassem finalmente a ratificação do Protocolo de Quioto sobre mudança climática. Isso vai permitir que ainda em 2002 o mecanismo possa funcionar legalmente e que os EUA estão agora oficialmente isolados no âmbito da comunidade internacional.

Após os destaques globais, cabe comentar sobre a atuação do Brasil na conferência. O protagonismo presidencial de FHC sobre essas questões constitui um precedente importante, a ser levado em consideração inclusive pelos candidatos à sua sucessão. O Brasil encampou na conferência a mais objetiva e racional proposta colocada na mesa de negociação, isto é, o mínimo de 10% de fontes energéticas renováveis em cada país. A proposta não foi adotada, mas o Brasil saiu como vencedor moral perante a opinião pública mundial. É uma pena que a atitude pró-ativa do nosso presidente tenha sido em parte ofuscada por uma decisão no mínimo intempestiva do Ibama, que, na véspera da Cúpula, deu licença prévia para uma ameaça sem precedentes à floresta amazônica (o oleoduto Porto Velho Urucu). Isso deixou a impressão de que o Brasil se omite em seu dever de casa. Mas é um fato que FHC inaugurou uma nova diretriz na diplomacia brasileira, baseada na consciência de que o país precisa valorizar e defender seus imensos ativos ambientais, que o colocam em posição privilegiada na busca do desenvolvimento sustentável.

ROBERTO SMERALDI, JORNALISTA, É DIRETOR
DE AMIGOS DA TERRA — AMAZÔNIA BRASILEIRA

Class.	488
Data	12/19/2002 Pg 5
Fonte	137
SOBREVIVÊNCIA	137
	(B) (opinião)
	Documentação